

O CÂNONE LITERÁRIO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

RÖHRIG, Maiquel*

¹Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *Campus* Bento Gonçalves
leuqiam@gmail.com*

RESUMO

Este artigo reflete sobre a formação do cânone da literatura brasileira e sobre as implicações da ausência de um cânone da literatura brasileira contemporânea. Os objetivos são apontar os valores políticos que determinaram a formação do cânone e mostrar a necessidade de trabalhar com os estudantes obras contemporâneas, em detrimento das canônicas, a fim de formar um público leitor por meio da efetiva leitura

de obras literárias que, de início, reflitam os conteúdos e a linguagem dos jovens atuais. Este artigo opõe-se à ideia de que se vive atualmente uma crise da literatura, defendendo a tese de que, ao contrário, a literatura brasileira passa por um momento de grande produtividade e qualidade, o que é acompanhado por um incremento de publicações para um público leitor ávido por novas e complexas histórias.

PALAVRAS-CHAVE: Cânone. Historiografia literária. Ensino de literature. Qualidade estética. Literatura contemporânea.

THE CANON LITERARY AND ITS RELATIONSHIP WITH EDUCATION IN CONTEMPORARY

ABSTRACT

This article reflects on the formation of the canon of Brazilian literature and about the implications of the absence of a canon of contemporary Brazilian literature. The objectives are to point out the political values that determined the formation of the canon and show the need to work with students the

contemporary literature. I object to the idea that we live a literature crisis, defending the thesis that, in contrast, Brazilian literature is going through a time of great productivity and quality, which is accompanied by an increase of publications for a reading public eager for new and complex stories.

KEYWORDS: Canon. Literary history. Aesthetic quality. Contemporary literature.

EL CANON LITERARIO Y SU RELACIÓN CON LA EDUCACIÓN EN LA CONTEMPORANEIDAD

RESUMEN

En este texto se reflexiona sobre la formación del canon de la literatura brasileña y sobre las implicaciones de la ausencia de un canon de la literatura brasileña contemporánea. Se objetiva señalar los valores políticos que determinaron la formación del canon y la necesidad de abordar con los estudiantes obras contemporâneas, en detrimento de las canônicas, con el objetivo de formar un público lector por medio de la efectiva lectura

de obras literarias que, inicialmente, reflejen los contenidos y el lenguaje de los jóvenes actuales. Este artículo se opone a la idea de que actualmente se vive una crisis de la literatura, defendiendo la tesis de que, al revés, la literatura brasileña atraviesa un momento de gran productividad y calidad, lo que se refleja en el incremento de publicaciones para el público lector ávido por nuevas y complejas historias.

PALABRAS CLAVE: Canon. Historiografía literária. Enseñanza de literatura. Calidad estética. Literatura contemporânea.

1 INTRODUÇÃO

Para compreender os fenômenos literários, é necessário recorrer à história. A escolha de um cânone está ligada a diversos interesses, relativos, por exemplo, a nacionalidades, grupos sociais, etnias, questões de gênero, etc. Pensar o cânone como um conjunto de obras escolhidas com base em critérios puramente estéticos parece ingênuo, uma vez que a percepção da estética de uma obra é influenciada por inúmeros fatores, entre os quais aqueles mencionados acima. O século XX foi predominantemente marcado pelo questionamento da ideia positivista de verdade, o que modificou o conceito de suposta neutralidade da avaliação estética de uma obra de arte. Apesar de pensadores como Harold Bloom (1995), cujas ideias mantêm-se ligadas a uma espécie de essência da literatura, algo eminentemente estético que transcende questões éticas, filosóficas e políticas, as teorias da literatura incorporaram ideias relativas a aspectos sociais, como a luta de classes, o feminismo, os diversos gêneros, as etnias, o colonialismo, etc.¹.

Não obstante a entrada em cena dessas diversas “intrusões” nos domínios da literatura, os teóricos dessa arte vêm há mais de um século questionando seus pressupostos, incluindo o próprio conceito de literatura. Desde o formalismo, procuram bases científicas para suas proposições, muitas das quais permanecem num movimento contínuo de ressignificação, questionando os fundamentos do literário e do próprio objeto de estudo.

A teoria da literatura não pode mais ser pensada no singular. Ao invés disso, há uma pulverização de diversas teorias, entre as quais soa como anacrônica a ideia de uma objetividade estrita capaz de elencar um rol de obras indispensáveis pela sua indiscutível qualidade estética. Mais do que nunca, hoje tudo se discute.

O cânone instituído no passado era possível devido a quatro circunstâncias fundamentais: 1- desejo das elites de criar uma imagem a partir da independência de 1822 que projetasse o que se queria representar como sendo a nação brasileira; 2- escritores interessados em servir aos interesses das elites; 3- número reduzido de leitores, os quais recebiam as obras passivamente, uma vez que estavam excluídos do processo de produção da literatura; 4- recepção das obras condicionada aos meios tradicionais impressos e circunscrita a ambientes conservadores (casas de famílias ricas que promoviam saraus, escolas).

¹ Todas essas ideias Harold Bloom inclui no que chama de “Escola do Ressentimento”.

Neste artigo, procuro apresentar como se deu a criação do cânone literário que vigorou durante o século XX no Brasil, bem como a trajetória e os motivos de sua crise. Procuro, outrossim, defender, por um lado, sua permanência nos cursos de Letras e, por outro, sugerir seu abandono no estudo da literatura nos níveis básicos de ensino – Fundamental e Médio –, a fim de substituí-lo pela experiência da leitura de textos literários contemporâneos.

2 A FORMAÇÃO DO CÂNONE DA LITERATURA NO BRASIL

A literatura brasileira foi dependente de Portugal durante séculos. Embora se diga que o Brasil foi descoberto em 1500, desprezando os povos que aqui viviam antes desse período, somente no século XIX surge no país uma literatura propriamente dita, identificada com o que Antonio Candido (1997) chama de sistema. Isso significa preencher o tripé da literatura (autor-obra-leitor): autores brasileiros produzindo obras para leitores brasileiros, de maneira sistemática, de acordo com padrões estéticos específicos e comuns ao período e aos demais autores. Antes, nas palavras do autor, o que havia eram manifestações literárias esparsas. Faltavam autores que se pensassem como brasileiros, as obras tinham motivos europeus, e não havia um público leitor consolidado. O censo demográfico de 1872 informa, por exemplo, que havia no Brasil 1.565.454 de pessoas que sabiam ler e escrever, contra 8.365.024 de analfabetos, o que significa que 84,23% da população não sabia ler².

O Quinhentismo não pertence propriamente à nossa literatura por diversas razões, entre as quais podemos enumerar as duas principais: 1- os autores são de diferentes nacionalidades; 2- a produção era voltada para o público europeu. Além disso, as obras não são, via de regra, literárias, por isso considerá-las textos de informação (crônicas dos viajantes) e formação (escritos pelos jesuítas para catequização dos índios).

O Barroco, por sua vez, encontra a colônia em formação. Os autores dividem suas vidas entre o Brasil e Portugal, e sua produção literária encontra um público bastante reduzido, que, igualmente, vê-se dividido entre a colônia e a metrópole.

Já o Arcadismo é o momento em que o sistema literário brasileiro começa a ganhar contornos, porém ainda falta o evento político que desencadeie a ruptura dos autores com sua

² Em 2010, o percentual de analfabetos caiu para 9,6%, de um total de 190,7 milhões de habitantes.

dependência de Portugal, cujo poder ideológico fica evidente em textos como, por exemplo, *O uraguai*, de Basílio da Gama, em que o autor continua preocupado em cantar a bravura dos portugueses. Não há, nessa e em outras obras, a figura do brasileiro: digladiam-se os soldados portugueses e espanhóis contra os padres jesuítas e os índios³.

A independência projeta a ideia de um novo povo, o povo brasileiro. No entanto, a imagem de como sejam esse povo e sua pátria precisa de uma construção. Após 14 anos do grito de independência, inicia-se no Brasil o período que aceitaria a missão de criar essa imagem e, dessa maneira, também se beneficiaria das pretensões políticas que fariam dessas obras os textos obrigatórios na formação de nossos estudantes.

A formação de um cânone para a literatura brasileira inicia-se nesse período em que o Brasil, ao tornar-se politicamente independente de Portugal, precisava constituir sua própria identidade. Conforme Alves (2011, p. 90), com a independência, “[...] os criadores passam a se reconhecer como artistas nacionais”. O Romantismo brasileiro assume a difícil tarefa de propor uma imagem da nação que dava seus primeiros passos fora do domínio político português. Era necessário inventar o Brasil, estabelecendo referências que apontassem as características do povo, da cultura, da geografia, da história, etc.

No entanto, a criação de narrativas de caráter nacional não era uma exclusividade brasileira. Nesse sentido, o Brasil inseria-se num amplo e complexo contexto histórico. Em vários outros países, as nações estavam sendo constituídas e a ideia de nação solidificara-se e tornara-se importante para a burguesia capitalista. O intuito de criar uma coesão nacional tornava necessárias diversas medidas das classes dominantes: a eleição de um cânone literário e a criação de instrumentos para disseminá-lo eram duas delas.

Nesse ínterim, surgem as primeiras histórias da literatura brasileira, as quais arrolam autores e obras fundamentais e que visam servir de referência para estabelecer o que é importante ler. Isso confirma a afirmação de Lajolo (1995, p. 21): “Literatura, história e história da literatura entrelaçam-se em vários níveis”. A literatura assume uma função social importante, e a história da literatura revela o interesse político de constituir um cânone que representasse de algum modo a nação e seu povo.

³ Essa obra, no entanto, pode, sob outra perspectiva, ser vista como um dos marcos iniciais da literatura brasileira.

O valor estético dos textos não era pensado como algo imanente ou transcendente, estava, sim, relacionado com o espírito nacionalista, o qual deveria ser representado na obra. São essas obras nacionalistas as preferidas dos compêndios de história da literatura, o que confirma as palavras de Schmidt (1996, p. 110) quando afirma que “[...] a escrita de histórias literárias tem sempre servido a interesses políticos, que têm sido normalmente disfarçados como intenções educacionais, culturais ou estéticas, ou mesmo como exigências quase naturais”.

Miranda (1994) observa pessimista esse fenômeno. Para ele:

As histórias da literatura são como monumentos funerários erigidos pelo acúmulo e empilhamento de figuras cuja atuação histórico-artística, em ordem evolutiva, pretende retratar a face canônica de uma nação e dar a ela um espelho onde se mirar, embevecida ou orgulhosa de seu amor próprio e pátrio. (MIRANDA, 1994, p. 31).

Assim como Lajolo (1995), o autor chama a atenção para o fato de história e literatura entrelaçarem-se e afirma que “[...] fazer uma nação e fazer uma literatura são processos simultâneos” (MIRANDA, 1994, p. 31).

A sociedade do século XIX considerou imprescindível formar cidadãos com uma consciência nacional e buscou meios de realizar essa tarefa, entre os quais a literatura, encarada como tendo uma finalidade formativa, a qual foi utilizada para canonizar textos engajados em criar narrativas nacionais. Discursos discrepantes sobre o país foram criados no período, e a eleição de um cânone impôs um discurso dominante.

No Romantismo brasileiro, vários foram os autores que manifestaram o “instinto de nacionalidade”, e o topo do cânone quem alcançou foi José de Alencar. Numa perspectiva alegórica, Sommer (1994) sugere que também os romances em que um casal apaixonado supera adversidades carregam a ideologia nacionalista, pois, alegoricamente, representam a pátria e seus valores. A autora revela alegorias desse tipo no cânone literário de vários países da América Latina e cita *O guarani*, de Alencar, como a referência no Brasil. Os romances de Alencar funcionariam como modelos dessa visão patriótica alegórica, por isso seriam tão afetuosamente acolhidos pelo cânone da nossa literatura.

Segundo Bhabha (2001), a nação é uma narração, ou, nas palavras de Hall (1992), “[...] um sistema de representação cultural”. Nesse cenário, a literatura atua num nível pedagógico, legitimando-a, contribuindo para a formação e circulação de um imaginário que se pretende

coletivo. Há, sem dúvida, segmentos da sociedade brasileira que se identificam com o discurso “nacionalista” de Alencar; há outros, e note-se o plural, que, por outro lado, não: porém a identificação é mediada e imposta pela pedagogia do instinto de nacionalidade. A literatura, desse modo, procura legitimar um construto narrativo. Esse é duplamente danoso: primeiro, porque busca abolir as diferenças regionais⁴; segundo, porque estabelece uma leitura dos textos que parece imutável, atrelada sempre a uma interpretação determinada, como Miranda (1994, p. 31-32) explica melhor:

Uma vez legitimados no panteão das letras nacionais, muitos dos nomes que o compõem, senão todos, são ‘restos mortais’ não mais identificáveis, enraizados que estão em significados perenes, ‘soldados desconhecidos’ em virtude do serviço prestado em prol de um conceito de nação que, afinal, reduz e abole toda diferença.

Para Perkins (1999, p. 48), “[...] classificar através da observação de similaridades e diferenças entre textos é muito incomum nas histórias da literatura. Mais exatamente, o processo é usado para confirmar classificações obtidas de alguma outra forma”. No século XIX, esta outra forma de classificação foi o nacionalismo.

As classificações que consideram aspectos imanentes aos textos são sempre dependentes de subjetividade, o que leva os estudiosos a buscarem formas mais objetivas de classificação. Criticar as histórias da literatura é válido, questionar seus pressupostos, etc., mas esperar por critérios que não sejam externos aos textos é inócuo numa disciplina que não é immanentemente literária.

Uma história da literatura se ocupará das relações entre literatura e história, buscando conexões entre os textos, pautando-as na historiografia. A despeito das críticas, para a história da literatura, parece que não pode ser de outra maneira: se a conexão é de outra natureza, pertence a outra disciplina. O cerne da historiografia literária não deixa de ser a busca dessas conexões, ainda que para isso reduzam-se os abismos que separam os textos, relegando suas diferenças a segundo plano ou desprezando-as, deixando de lado as obras que escapam ao padrão estabelecido, abandonando autores ao ostracismo ou incluindo-os em períodos acompanhados pelo prefixo “pré”, ou mais comumente incluindo-os como exceções. Isso justifica as diferenças como sendo

⁴ Alencar e outros românticos perceberam as peculiaridades das regiões brasileiras e escreveram romances com cenários regionalistas. Esses textos, contudo, figuram como secundários no cânone, que privilegia aqueles de caráter nacional.

produtos da inteligência rara de um gênio, como nos explica Perrone-Moisés (1998, p. 49): “Ao tentar encaixar os autores nos movimentos, escrevem-se duas histórias diferentes: a dos fatos gerais e a dos fatos particulares; e essas duas histórias quase nunca coincidem, porque os autores considerados grandes nunca são exemplares de uma generalidade”.

Não é possível analisar tudo o que se produziu no período que o historiador estuda; o máximo seria apenas enumerar autores e obras, mas então teríamos uma lista, e não uma história da literatura. A questão é saber quais os critérios que deveriam nortear a seleção das obras e autores a serem incluídos. Segundo Coutinho (1997, p. 16), “[...] a História da Literatura não é o mero registro acumulativo de tudo o que se produziu, nem a simples compilação de temas ou formas, mas a reescritura constante de textos anteriores com o olhar do presente”. Esse olhar do presente deforma o passado, pois não podemos dar conta da totalidade, assim o “instinto de nacionalidade” do Romantismo é parte da história, e outros discursos existiram no período. Jauss (1994, p. 20) confirma essa afirmação quando, ao concordar com dois formalistas russos, diz-nos que, “[...] segundo Vítor Chklovski e Lúri Tynianov, em toda época existem simultaneamente várias histórias literárias, e uma delas representa o ápice canonizado da literatura”.

Discussões acerca do cânone têm se tornado frequentes e polêmicas. Críticos e teóricos posicionam-se antagonicamente, no extremo de defender, repudiar ou multiplicar os cânones existentes, segmentá-los, etc. Aqueles que defendem a unicidade de um cânone fundamentam-se no valor estético e na universalidade das obras canônicas, enquanto os outros desconstruem essas noções, procurando revelar o engodo da beleza e demonstrar a diversidade humana como refutação à suposta universalidade. Os defensores da multiplicidade dizem que a constituição do cânone depende da recepção das obras, em conformidade com o que Jauss (1994, p. 7-8) afirma:

[...] a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão.

Na história da literatura, parece impossível prescindir do cânone. Porém, ainda segundo Jauss (1994, p. 7), “[...] uma descrição da literatura que segue um cânone em geral preestabelecido e simplesmente enfileira vida e obra dos escritores em seqüência cronológica não constitui – como já observou Gervinus – história alguma, mal chega a ser o esqueleto de uma

história”. Jauss (1994) propõe uma reformulação radical na historiografia literária, colocando o leitor no centro das investigações.

Scramim (2002, p. 250) propõe abandonar as restrições e apostar:

[...] na proliferação de textos, real promotora da abundância. Assim não teremos mais a necessidade de institucionalizar cânones famélicos que opõem o antigo ao novo, a boa poesia à ruim, o modernismo ao concretismo e à poesia marginal, cânones que nos dizem o que deve ser poupado, conservado como paradigma de uma época em declínio.

Essa opinião encontra eco em Miranda (1994, p. 35), quando este propõe aproveitarmos a “lição benjaminiana”, segundo a qual devemos perceber e ultrapassar “[...] a concepção de que a história como curso unitário é uma representação do passado construída por grupos e classes sociais dominantes, que transmitem do passado só o que é relevante”.

As bases teóricas da história e da literatura continuam sendo reinventadas. Afirmações como as de Derrida e Foucault – para citar os mais canônicos – abalaram diversos objetos de estudo e causaram efeitos profundos nas ciências humanas, uma vez que suas teorias são questionamentos radicais dos pressupostos metafísicos de nossa racionalidade.

Derrida (1971) mostrou a instabilidade dos signos e postulou a existência de um jogo infinito de significação em detrimento dos limites de significados imutáveis, enquanto Foucault (1996), tal como Schmidt (1996), Veyne (1987) e outros, relativizou a história: afirmou que ela é composta por vários discursos, o econômico, o político, o literário, etc., entre os quais podem ser percebidas imensas diferenças, bem como se podem notar diferenças, inclusive dentro de um mesmo discurso. Foucault (1996) diz ainda que os discursos aceitos como sendo “narrativas verossímeis” são legitimados por um poder institucional criador de verdades, que impõe discursos dominantes.

Costumamos dizer que a literatura contemporânea não pode ser definida, porque não temos ainda o distanciamento temporal necessário para analisá-la de modo objetivo – e dizemos isso mesmo depois de, há muito tempo, a objetividade das análises em literatura terem sido questionadas. Ou utilizamos a justificativa de haver hoje uma vasta produção que o tempo será capaz de filtrar, elegendo-se um cânone das obras representativas do período. Mas, em um mundo pretensamente pós-moderno, sem metanarrativas, supostamente sem discursos hegemônicos, o estabelecimento de cânones parece anacrônico.

Essa dificuldade de estabelecer as leituras obrigatórias da literatura contemporânea, antes de ser justificada, deveria servir de justificativa para abandonarmos imposições de livros do passado para leitores que ainda não sabem reconhecer seu próprio tempo e linguagem. Poderia ser mais produtivo iniciar os trabalhos a partir da literatura contemporânea, para, depois, explorar outras maneiras de interpretar o mundo, inclusive trabalhando textos de outros tempos de modo comparado. Da mesma forma, ao invés de criticarmos a preguiça e a resistência dos leitores, acomodados com a literatura de massa, seria mais útil procurar entendê-la e, a partir dela, apresentar a riqueza da literatura que consideramos superior, mas sem listas estanques, deixando nossa mente aberta para a diversidade.

Continua difícil, para uma sociedade ancorada à racionalidade cartesiana, conviver com o caos. Precisamos tentar organizá-lo, negá-lo até. E fazemo-lo tentando convencer a nós mesmos de que é assim que tem que ser. Temos de desprezar a maioria dos livros e relegar ao esquecimento a maioria dos escritores de uma época a fim de preservar um conjunto de ideias que selecionamos didaticamente para castrar a imensa diversidade da literatura. As críticas às histórias da literatura indicam ser a hora de superá-las e criar uma outra forma para os manuais. Conforme Perrone-Moisés (1998, p. 28):

Essa história da literatura que os manuais nos dão é apenas uma forma, ela mesma historicamente datada. A própria história, como disciplina, já tomou consciência da existência de uma 'história da História' (Georges Lefebvre), na qual essa forma racionalista e contínua é apenas um episódio.

Talvez devamos buscar novas abordagens, as quais podem, e provavelmente devam, manter o contexto histórico, mas não engessar a obra, analisando-a como pertencente a um período literário inspirado numa espécie de *Zeitgeist*. O contexto histórico é, sem dúvida, muito importante, mas não precisamos transformá-lo em período literário, pois essa é uma tentativa improdutiva, pautada na eleição de um cânone reducionista criado a partir de pressupostos extraliterários. Nesse sentido, Coutinho (1996, p. 72) afirma que “[...] a necessidade de constituição de uma nova historiografia literária, isenta das distorções tradicionais, em que a noção de ‘grande literatura’ ou até mesmo de ‘literatura’ *tout court*, seja problematizada, se faz cada vez mais premente”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cânone não é somente uma lista de autores e obras, é uma referência para os leitores. Ele não exerce apenas uma enorme influência nos currículos de Literatura das escolas de Ensino Médio no Brasil, ratifica, também, símbolos nacionais. Esses, por sua vez, são erigidos de acordo com interesses. Há qualidades estéticas presentes nas obras do cânone nacional, muitas das quais podem até ser indiscutíveis. No entanto, deve-se discutir para quem vamos recomendar a leitura dessas obras clássicas, depositárias da tradição de nossa literatura.

É fundamental que se tenha um cânone constituído, mas ele só faz sentido em contextos específicos. A Educação Básica só será um desses contextos quando, antes de lerem Machado de Assis, nossos alunos se tornarem efetivamente leitores hábeis, capazes de lidar com a complexidade de um texto literário denso e que exige um esforço do leitor em preencher as lacunas deixadas pelo autor para que aquele as preencha com sua capacidade interpretativa. E, para que isso ocorra, antes de deparar-se com uma linguagem e com formas literárias de outra época, o leitor precisa dar conta de entender a linguagem e experimentar as formas da literatura contemporâneas a ele.

Entretanto, a organização das aulas na Educação Básica continua ancorada na tradição de seguir uma sequência rígida, do período mais antigo ao contemporâneo, sendo esse último trabalhado, na maioria das vezes, de um modo ainda mais superficial do que os demais, quando não é totalmente esquecido. Há materiais didáticos que não contemplam a literatura contemporânea, encerrando sua cronologia no terceiro tempo do Modernismo. A despeito disso, a fim de parecerem “completos”, acrescentam resenhas de obras de autores da chamada literatura luso-africana, em que citam preferencialmente os autores portugueses do Romantismo, Naturalismo e Modernismo.

Dessa forma, as aulas de literatura apresentam-se mais como aulas de história da literatura do que de literatura propriamente dita. Os livros didáticos e apostilas utilizados nas escolas estão centrados na apresentação dos períodos literários, de modo linear. Normalmente, apresentam uma introdução à disciplina de Literatura, expõem algumas considerações a respeito das diferenças entre texto literário e não literário – sempre com base em critérios questionáveis de arte da escrita –, bem como as principais figuras de linguagem comumente usadas na poesia e

prosa literárias. Depois disso, apresentam Trovadorismo, Humanismo e Classicismo da Renascença – nesse último detêm-se para explicar os principais episódios de *Os Lusíadas* e algumas poucas estrofes da obra. Em seguida, Literatura Formativa e Informativa sobre o Brasil Colônia, Barroco, etc. Em cada período, algumas considerações gerais sobre a história e como ela influenciou os autores, o local onde o período literário surgiu, como foi a chegada ao Brasil, os principais autores, uma ou duas linhas sobre algum livro e “vamos em frente!”.

Com essa fórmula, os autores dos livros didáticos confundem seu trabalho com o dos historiadores da literatura e criam nos alunos a aversão pelos textos literários, reduzindo seu estudo a decorar datas, fatos históricos, nomes de autores e de livros. Os professores, no entanto, não precisam submeter-se a essa lógica. Os livros didáticos são um recurso possível, que deve ser usado de forma inteligente. Mas, principalmente, mais importante do que tudo, é preciso que se dê muito menos atenção a ele e muito mais aos textos literários, aqueles da literatura contemporânea, que podem, ao mesmo tempo, despertar o interesse dos alunos e causar-lhes o estranhamento que os bons textos causam, tirando o leitor de seu lugar-comum.

As pessoas que leem literatura certamente não o fazem graças às apostilas e livros didáticos. As estatísticas sobre o número de livros lidos *per capita* no Brasil, quando comparadas às de outros países, revelam que esse modelo de educação não funcionou para fazer as massas lerem, e não restam dúvidas de que continuará não funcionando. Teve sua legitimidade histórica, mas, diante de um país que nunca constituiu uma identidade e cujas diferenças regionais jamais permitirão que o faça, deveria ser abandonado justamente para privilegiar nossa diversidade.

O modelo pautado na historiografia e no cânone tem hoje objetivos diversos daqueles existentes outrora. Não se pretende mais uma coesão nacional, e não creio mais que se possa dizer que o que se quer é a permanência das estruturas de poder vigentes. O discurso de que se deseja que as massas não leiam para satisfazer a interesses políticos agora me parece sem sentido. O vestibular, outrora a principal ferramenta de exclusão ao direito de acesso à Educação Superior nas universidades de qualidade, impunha-se monstruoso e gigantesco e limitava as pretensões daqueles que buscavam uma alternativa para o modelo de ensino tradicional da literatura. Como ensinar de modo alternativo se o sistema inculcava a ambição de uma aprovação no vestibular?

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), contudo, oferece uma oportunidade de mudança. Suas provas não preveem leituras prévias, e as questões ligadas à literatura em geral

apresentam fragmentos de textos que, sendo corretamente interpretados, levarão o aluno a responder corretamente, mesmo que nunca tenha ouvido falar naquele autor e naquela obra⁵. O acesso de alunos de escolas públicas, negros, indígenas, portadores de necessidades especiais, etc. garantido pelas cotas minou o discurso que ligava a precariedade de nossa educação à perpetuação da desigualdade arquitetada por interesses políticos. A educação ainda está longe de ser prioridade no Brasil e há, evidentemente, políticas deficientíssimas para o setor. Não me parece existir, contudo, *grosso modo* e salvo exceções, uma conspiração contra os pobres e desfavorecidos. Há, sim, uma tradição de ensino pautada num equívoco: achar que é imprescindível saber sobre vários autores e obras que já não fazem sentido para os leitores atuais. Alia-se a esse equívoco a falta de preparo de nossos professores de Literatura, muitos dos quais pensam estar obrigados a seguir fielmente o material didático adotado pela escola, ou, ainda pior, não se sentem minimamente preparados para contemplar em suas aulas a leitura e a discussão de obras contemporâneas, as quais eles mesmos não leem.

A historiografia literária mantém sua importância, e seu estudo continua necessário nos níveis superiores de ensino, seja nos moldes tradicionais – uma boa oportunidade para os universitários problematizarem-nos –, seja buscando inovações, porém é inócuo insistirmos em atormentar nossos jovens da Educação Básica com períodos literários, datas e listas. Essa metodologia ignora o que está escrito nos cadernos de chamada dos professores: o nome da disciplina é Literatura, não é História da Literatura.

Ao contrário do que postula o senso comum, a atual geração, quando comparada às anteriores, lê mais. E essa leitura não se limita aos *best-sellers*, odiados por muitos professores de Literatura. Publicam-se no Brasil mais de 60 mil títulos por ano, número que tem aumentado ano após ano, acompanhando o incremento no número de livros vendidos e no faturamento do setor livreiro, conforme dados da Pesquisa de Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro, realizada anualmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe/USP). Nossa produção literária contemporânea é rica em variedade e qualidade. A despeito de obras com qualidades limitadas, escritas por autores sem consciência das formas literárias, há

⁵ Luís Augusto Fischer, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), notou essa característica das questões de literatura do Enem, entretanto, ao contrário da ideia apresentada neste artigo, considerou o fato como algo negativo para o ensino da literatura.

muitos textos⁶ que podem ser utilizados de maneira muito mais proveitosa em sala de aula do que aqueles do século XIX, os quais têm um valor enorme, que, no entanto, só pode ser percebido após um longo percurso de amadurecimento e formação literária a partir da literatura contemporânea, com temas e linguagem acessíveis de modo mais direto pelos estudantes.

Jauss (1994) propôs que o leitor tivesse sempre centralidade nas análises literárias, haja vista que todo texto é escrito para ser lido por alguém. Os clássicos de nossa literatura não foram escritos para serem lidos por adolescentes de 15 anos do século XXI. Ainda não entendemos as palavras de Jauss, pois não as colocamos em prática nem mesmo quando a presença dos leitores se impõe diante de nossos olhos.

Já passou da hora de superarmos o discurso dominante do instinto de nacionalidade e da tradição inócua, de pararmos com as listas e datas e começarmos a dar aos alunos a chance de se tornarem leitores, o que só acontecerá se lhes *oportunizarmos* a experiência da literatura em si mesma.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, L. A. N. Sobre a formação da literatura brasileira. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 87-102, 2011.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BLOOM, H. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

COUTINHO, E. Comparativismo e historiografia literária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DA LITERATURA. 2., 1997, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUC, 1997.

COUTINHO, E. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 37-73, 1996.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

⁶ A lista de autores é imensa, mas me aventuro a referir alguns a fim de incitar o debate: Chico Buarque, Cristóvão Tezza, Dalton Trevisan, Luis Fernando Veríssimo, Luiz Ruffato, Luiz Vilela, Lygia Fagundes Telles, Milton Hatoum, Moacyr Scliar, Rubem Fonseca, Sergio Faraco e muitos outros.

FISCHER, L. A. O Enem pode prejudicar o ensino de literatura nas escolas? *O Globo*, 13 ago. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/13/o-enem-pode-prejudicar-ensino-de-literatura-nas-escolas-398339.asp>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GAMA, B. *O uruguai*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn00094a.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. *Censo Demográfico Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Censo Demográfico. *Publicação crítica do recenseamento geral do império do Brasil de 1872*. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

JAUSS, H. R. *História da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

LAJOLO, M. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, L. et al. (Org.). *História da literatura: ensaios*. Campinas: Unicamp, 1995. p. 19-36.

MIRANDA, W. M. Nações literárias. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 2, p. 31-38, 1994.

PERKINS, D. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literária da PUCRS*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225-240, 1999.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHMIDT, S. J. Sobre a escrita da história da literatura: observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, H. K. (Org.). *Histórias da literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. p. 101-132.

SCRAMIM, S. Cânone e liberdade. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Belo Horizonte, n. 6, p. 239-250, 2002.

SOMMER, D. Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre sexualidade e patriotismo. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 158-183.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: 70, 1987.

Recebido em 23 de junho de 2016.

Aceito em 25 de julho de 2016.